Duas trajetórias: a memória do movimento feminista no Brasil (fins da década de 1960 aos anos 1980)

Resumo
Introdução
Duas trajetórias e o contexto do reforçamento do feminismo
O feminismo (ou feministas) do Centro da Mulher Brasileira
A sua avaliação das lutas
Referências bibliográficas
Períodos
Entrevistas
Notas

Resumo

A partir das discussões levantadas pelo emprego de fontes orais em História, o objetivo deste trabalho consiste em investigar possibilidades de análise abertas através de entrevistas realizadas com duas integrantes do Centro da Mulher Brasileira, mulheres que desempenharam um papel de destaque dentro do movimento feminista no Brasil nas décadas de 60 e 70. Observase que o deslombamento que se estabelece entre as trajetórias pessoais de ambas as militantes e o próprio desenvolvimento do movimento feminista no Brasil fornece elementos importantes para se pensar ideais e reivindicações de tais lutas. Desta forma, a idéia central consiste em buscar em seus depoimentos e em suas histórias a vida familiar e profissional, o modo como viam a situaçãofeminina, como avaliam o movimento feminista e se viam dentro dele, tentando compreender o significado deste feminismo para uma redefinição das relações de gênero.

[voltar]

Introdução

O período que engloba as décadas de 1960 e 1970 foi marcado por diversas formas de mobilização política, compondo um quadro dentro do qual se insere e deve ser compreendido um reforçamento dos movimentos feministas em diversas partes do Brasil. As discussões levantadas neste momento, do conjunto de reivindicações e lutas feministas também se expressam no mundo, em especial ao longo da década de 70.

Um elemento importante da difusão deste feminismo no Brasil foi o Centro da Mulher Brasileira (CMB), fundado no Rio de Janeiro em 1975. O objetivo central deste trabalho consiste em investigar algumas possibilidades de análise abertas através de entrevistas realizadas com duas integrantes desta entidade, mulheres que desempenharam um papel de destaque dentro do movimento feminista: a socióloga Moema Toscano e a deputada estadual Heleneida Studart, cujas participações se desdobram nos âmbitos teórico e prático. Presenças frequentes na organização do CMB e nas atividades por este promovidas, entre seminários, debates e encontros, ambas as entrevistadas também tiveram uma importantes atuação no que se refere à produção teórica em torno da questão das mulheres. Moema Toscano, enquanto socióloga, dedicou-se à pesquisa acadêmica, na qual se destaca sua tese de livre docência apresentada em 1976 na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, *Caminhos cruzados do movimento feminista*, cuja temática central consiste na análise da participação da mulher na vida política nacional, tratando do eixo o poder Legislativo e o Judiciário. Heleneida, por sua vez, na qualidade de escritora, é autora de *Mulher objeto de cama e mesa*, publicado pela Editora Vozes e cuja primeira edição data de 1974. Como jornalista, podemos lembrar seu trabalho como colaboradora do jornal *O Pasquim*, a partir da virada dos anos 70 para os 80, onde inseria as questões referentes às mulheres nos artigos que escrevia.

O emprego de testemunhos orais como fontes históricas, o que constitui o núcleo do que denominamos como História Oral, se insere no amplo quadro de inovações que se tem observado na historiografia nos últimos tempos. Traz consigo preocupações específicas, como aquelas ligadas às relações que se estabelecem entre escrita e oralidade, entre história e tradição oral, entre história e memória. Logo se encontra intrinsecamente relacionada ao trabalho com fontes orais, sendo um conceito cuja discussão é fundamental para o compreensão do conteúdo destes relatos.

Os relatos orais foram, durante certo tempo, rejeitados pela historiografia, considerados pouco confiáveis, carregados de subjetividade. Neste sentido, relatos de histórias de vida, rituais, difíceis, esquecimentos, fornecem informações por demais subjetivas ao historiador, informações que seriam difíceis de se manipular cientificamente. A história praticada neste período, o qual remonta ao século XIX, dentro outras características, buscava atingir verdades absolutas, constituindo-se como uma ciência positiva, baseando-se desta forma em documentos escritos, oficiais, os únicos considerados confiáveis como fontes históricas.

No contexto de renovação historiográfica observado no século XX, os depoimentos de testemunhas oculares são revalorizados, a partir do reconhecimento de suas potencialidades e de sua importância para a pesquisa histórica. Para muitos autores, a História Oral é concebida como algo mais do que uma técnica para gravação de entrevistas e formação de arquivos orais, ou ainda um roteiro para transcrição da oralidade, sem qualquer perspectiva analíticas. É vista, ao contrário, como um ponto de contato entre disciplinas diversas, como um instrumento que permite desenvolver análises qualitativas de processos e fenômenos histórico-sociais com base na oralidade. Um aspecto central das contribuições advindas do emprego de fontes orais seria justamente o alargamento de perspectivas que possibilita, não só em termos de um preenchimento de lacunas da documentação escrita, ao trazer visões alternativas, elementos novos em relação a este tipo de fonte, mas também no que se refere à abordagem de novas temáticas no âmbito da História Cultural, através de questões ligadas à memória, à identidade, centrando sua interpretação na "visão" e na "versão", ou seja, nos aspectos mais profundos dos depoimentos dos sujeitos históricos.

Neste sentido, a partir das discussões levantadas pelo emprego de fontes orais em História e pelos estudos em torno da memória, é possível refletir sobre os como os sujeitos conferem sentidos a determinadas realidades, tomando por base as informações que nos fornecem nos relatos de suas trajetórias individuais. Nas entrevistas realizadas, observa-se que o diálogo estabelecido entre as trajetórias pessoais de ambas as militantes e o próprio desenvolvimento do movimento feminista no Brasil fornece elementos importantes para se pensar o significado deste movimento – seus ideais, suas reivindicações e suas implicações nas relações de gênero. Desta forma, a idéia central consiste em buscar nos depoimentos de ambas as entrevistadas dados sobre sua vida familiar e profissional, o modo como viam a situação feminina, como avaliam o movimento feminista e se viam dentro dele, tentando compreender o significado deste feminismo para uma redefinição das relações de gênero.

[voltar]

Duas trajetórias e o contexto do reforçamento do feminismo

Nascida em Garibaldi, Rio Grande do Sul, em 1927, filha de uma família de classe média, cujos pais eram funcionários públicos, Moema Toscano frequentou a Escola Normal, formando-se em 1944. Iniciando cedo sua carreira profissional como professora, posteriormente se aperfeiçoou em Educação Física, conseguindo, deste modo, o ingresso no curso superior, já no Rio de Janeiro, com bolsa de estudos. Em sua entrevista, Moema ressaltou o incentivo por parte dos pais para que trilhasse um caminho diferente do que, segundo ela, seria comum às mulheres de sua época. Ao contrário destas, cujo destino era o casamento e a maternidade, Moema teve o apoio dos pais para sua saída de casa e sua carreira profissional.

Ao longo da entrevista, ela destaca que sua sensibilidade com relação à questão da mulher sempre esteve presente como parte de seu temperamento, ou seja, Moema sempre teve a idéia de que o caminho da mulher não era o casamento, e que a maternidade não significava uma predestinação. Um aspecto que a marcou muito foi a visão do casamento como uma condenação, dada a inexistência do divórcio.

Esta visão crítica em relação ao papel que era reservado às mulheres também se encontra presente na entrevista realizada com Heleneida Studart. Nascida em Fortaleza, no Ceará, provém de uma família tradicional. Possui formação também em Ciências Sociais, porém sempre atuou como jornalista, desde os 16 anos. Trabalhou durante dez anos na revista *Manchete*, escreveu alguns livros, destacando-se um romance, um livro de reportagens (*China: o Nordeste que deu certo*) e um trabalho em torno da questão da mulher, *Mulher objeto de cama e mesa*, de 1974.

Destacou-se também em sua carreira política, iniciada como presidente de sindicato, elegendo-se posteriormente deputada estadual pelo PT/RJ.

Assim como Moema, Heleneida menciona uma sensibilidade pessoal que a inclinou para o feminismo posteriormente. Desde a juventude, observava suas primas sendo preparadas para o casamento, o qual, na sua opinião, significava, em essência, uma continuidade de sua submissão: a mulher tinha recebido ordens do pai durante toda a sua vida, e após o casamento, passaria a obedecer ao marido. No seu ponto de vista, tudo isso evidenciava que as mulheres realmente não eram consideradas cidadãs, não passavam de objetos que estavam à disposição da família.

Um fato importante na trajetória de Moema, em termos de sua relação com a questão da mulher, se refere à sua participação em um concurso para escolher os oradores de sua formatura, quando ela preparou um discurso denunciando a incoerência presente em uma faculdade onde a grande parte do corpo discente era composto por mulheres, enquanto o corpo docente permania majoritariamente masculino. Este episódio foi lembrado no momento de organização da *Semana de Pesquisas sobre o Papel e o Comportamento da Mulher Brasileira*, realizada na ABI em 1975, e, diante disso, Moema ressaltou que sua entrada no feminismo foi algo circunstancial, uma vez que, até aquele momento, não exercia nenhuma atuação no movimento.

O ano de 1975, declarado pela Organização das Nações Unidas como o Ano Internacional da Mulher, surge, segundo Anette Goldberg, como a abertura de um campo de possibilidades há tempos restrito pelo regime militar. Este ano é, sem dúvida, um marco importante para o feminismo que se desenvolve no Brasil neste período, porém é fundamental ressaltar o contexto mais amplo desses movimentos de mulheres, e outras manifestações que tiveram lugar nos anos anteriores.

Inserido num contexto de inúmeras lutas de libertação nacional, tais como a Guerra do Vietnã e a Revolução Cubana em 1959, o período que engloba aproximadamente os anos 1960 a 1970 foi marcado por diversos movimentos de protesto e de mobilização política, conferindo forma a um quadro dentro do qual se inserem e devem ser compreendidas as reivindicações e lutas feministas. Manifestações nos Estados Unidos contra a Guerra do Vietnã, movimentos encabeçados por estudantes e trabalhadores, lutas pelos direitos de negros, mulheres e outros grupos, são observadas ao lado da alternativa pacifista marcada pelos hippies, da contestação aos valores tradicionais e à sociedade de consumo através da contracultura, e de fortes mudanças em termos de comportamento, por exemplo, com a emancipação feminina crescente e com a difusão da televisão como o principal meio de comunicação de massa.7

É frequente a afirmação de que as mulheres, de maneira geral, se tornaram uma importante força política neste período, conscientes de sua feminilidade e de seus próprios interesses, concebendo uma distinta o papel que deveriam desempenhar na sociedade. O ressurgimento do feminismo neste momento tem como pano de fundo a entrada de mulheres casadas – muitas com filhos – no mercado de trabalho, além da expansão da educação superior. A busca por autonomia em relação ao marido se encontrava, desta forma, presente na entrada das mulheres de classe média no mercado de trabalho.8

Nos jornais e revistas pesquisados, obtêm-se exemplos claros da explosão dos movimentos feministas neste momento em diversas regiões do mundo, tais como comícios, passeatas, greves de sexo e outras manifestações públicas realizadas principalmente nas grandes cidades norte-americanas, além de manifestos a favor do uso de pilulas anticoncepcionais e da liberação do aborto, como aquele assinado na França por um grupo de mulheres entre as quais se incluíam artistas de cinema e escritoras.

No Brasil, já nos anos 60, começa a se delinear uma preocupação em se avaliar a situação da mulher na sociedade e nas relações entre ambos os gêneros. Destacam-se neste contexto, por exemplo, o trabalho de Rose Marie Muraro, com destaque para o livro *A Mulher na Construção do Mundo Futuro*, de 1967, além de *A Mulher na Sociedade de Classes: Mito e Realidade*, de Heleith Saffioti, de 1969, e a coluna escrita por Carmen da Silva na revista *Cadernos*, "A Arte de Ser Mulher", já a partir de 1963.

A partir dos anos 70, em especial, tais questões referentes à mulher assumem maior destaque, com a criação de jornais, de grupos de discussão e de outras iniciativas voltadas para a defesa dos direitos das mulheres em todo o país. Um episódio importante constituiu na visita da líder feminista norte-americana Betty Friedan ao Brasil em 1971, como se pode observar através da cobertura feita pela imprensa. Nas entrevistas e debates dos dois dias que ela esteve no Brasil, como se pode observar a partir da idéia de que o ideal de feminilidade consiste na mulher que se dedica exclusivamente às tarefas domésticas e ao cuidado do marido e das crianças, presa a um "confortável campo de concentração"10. Por outro lado, a oposição se estende para a associação

da mulher com a imagem de símbolo sexual, ou seja, a mulher utilizada como instrumento nas propagandas para divulgar produtos e anunciar as vendas, e também com a concepção da mulher que é, ela própria, uma mercadoria, exposta em revistas como a americana *Playboy*11.

Neste momento, Anette Goldberg12 detecta a difusão de uma nova imagem da mulher entre os setores das camadas médias urbanas – a mulher "liberada", casada ou não, preocupada com o corpo, com a aparência física e a vida sexual - um modelo expresso por determinadas publicações, como a revista *Nova*, cujo primeiro número foi lançado em 1973.

No Rio de Janeiro, ao longo da primeira metade da década de 70, havia alguns grupos de mulheres que se reuniam informalmente e desconheciam uns aos outros, até a ocasião em que decidiram se unir com o objetivo de criar um evento feminista no Brasil, sob os auspícios da ONU, dentro do Xº Aniversário da ONU Internacional da Mulher. O primeiro destes grupos, formado em 1972, incluía Branca Moreira Alves, e o segundo era composto por jovens universitárias em torno dos 20 anos de idade.

Assim é concebida a *Semana de Pesquisas sobre o Papel e o Comportamento da Mulher Brasileira*, encontro realizado entre os dias 30 de junho e 6 de julho de 1975, sob o patrocínio da ONU e da Associação Brasileira de Imprensa. O tempo com relação à repressão era constante, todos os participantes mostravam-se cautelosos, tomando cuidado para não se exceder e ultrapassar os limites da "questão da mulher" – não se podia criticar o regime.

A análise de tal questão envolvia temas como a situação jurídica da mulher em nosso país, a sua inserção no mercado de trabalho, a educação e os papéis sexuais, seus aspectos psicológicos, a imagem da mulher nas artes e nos meios de comunicação, além de questões vinculadas ao corpo feminino13.

A partir da iniciativa de organização da Semana de Pesquisas, surge o Centro da Mulher Brasileira no Rio de Janeiro e, ao mesmo tempo, em outros estados também começam a se formar grupos de mulheres, dentre os quais se destaca a criação dos jornais *Brasil Mulher* (1975-1980), fundado no Paraná e transferido posteriormente para São Paulo e Nós Mulheres (1976-1978), fundado em São Paulo, os quais abordaram, ao longo de seus artigos e editoriais, tanto questões específicas referentes à situação das mulheres, como violência, condições de trabalho e sexualidade, quanto demandas que simbolizavam a oposição ao regime militar – como as lutas pela anistia e pelas liberdades democráticas.14

As observações feitas por Moema Toscano ao longo de sua entrevista a respeito do "Encontro da ABI", expressão pela qual ficou conhecido a realização da Semana de Pesquisas, apontam para uma relação estreita entre os debates em torno das questões referentes às mulheres e a necessidade de se abrir canais de expressão política dentro do quadro da ditadura militar. Segundo Moema, o Encontro teve uma grande repercussão. Procurou-se conferir a ele um caráter oficial, através do apoio do escritório regional da ONU e da Associação Brasileira de Imprensa, a qual, na época, possuía um compromisso institucional com a democratização. Desta forma, garantia-se a possibilidade de que o encontro ocorreria sem maiores obstáculos, dado o seu caráter de espaço de discussão e análise que, embora se referisse à questão das mulheres, mantinham o risco de se ultrapassar seus limites. Conforme relata em sua entrevista, a partir do Encontro da ABI, ficou a impressão de que era necessário se organizar um movimento, uma vez que se tinha a visão de que este evento não poderia se constituir como um fato isolado, e sua sequência imediata, desta forma, na organização de um grupo, o Centro da Mulher Brasileira.

[voltar]

O feminismo (ou feministas) do Centro da Mulher Brasileira

O Centro da Mulher Brasileira é fundado, segundo seu estatuto, com o fim de objetivos centrais de: a) criar um centro de documentação; b) promover a realização de pesquisas acerca da condição da mulher; c) divulgar as informações levantadas sobre esta condição; d) criar grupos de reflexão que se dediquem também à situação da mulher; e) articular-se com outros grupos ou entidades; f) promover e solidificar-se com iniciativas vinculadas com os objetivos fundamentais do CMB.15

Anette Goldberg traz como um ponto central de sua análise a heterogeneidade possível de ser percebida entre as sócias do CMB-RJ, entre termos dos diferentes significados atribuídos à palavra "feminismo". A autora distingue, na fase do CMB que se estende de sua fundação ao começo de 1977, basicamente três tendências, que, no entanto, não se expressaram claramente, pela necessidade de se manter a aparência de unidade e de consenso diante do medo da repressão. Os primeiros sinais de divergências apareceram em posições englobadas ainda nas denominações de ABI ou nos seus desdobramentos, divergências estas ligadas à estrutura, à forma de organização e às reivindicações da entidade que asseguraria a continuidade do evento.

Com relação à estrutura e à forma de organização, eram duas as tendências manifestas naquele momento: uma que defendia a criação e o fortalecimento de grupos de autoconsciência, enquanto outra optava pela criação de uma entidade com personalidade jurídica, contando com um órgão de coordenação dos grupos de reflexão e que incentivasse atividades prioritárias. Em função da necessidade de uma cobertura legal e institucional para realizar reuniões e atividades, prevaleceu a segunda opção. Quanto às denominações, houve debates sobre a utilização ou não da palavra "feminista" no nome da futura organização. Venceu a posição de não utilizá-lo pelo estigma que carregava.

Além disso, a autora observa que o estatuto do CMB se refere a grupos de reflexo, em vez de "grupos de autoconsciência", termo utilizado por movimentos de liberação de mulheres em outros países, como forma de designar uma prática centrada no debate e na reflexão sobre as experiências pessoais de cada participante. Mais uma vez a opção se justificava pela necessidade de se proteger da repressão, uma vez que a palavra "autoconsciência" poderia ser confundida com militância política. Surgiu, desta forma, certa ambigüidade com relação às práticas desenvolvidas por esses grupos – alguns se intitulavam "de reflexo", "de trabalho", ou ainda, "de reflexão e trabalho". A tendência foi no sentido do desenvolvimento de atividades derivadas do estudo e da pesquisa sobre temas fundamentais referentes à situação da mulher.

As divergências observadas indicam, segundo a autora, a presença de três orientações ideológicas. A primeira delas, denominada por Goldberg de "feminismo radical", concebe o patriarcado como a origem das desigualdades sexuais e da opressão da mulher, sendo que a luta principal consistia, neste sentido, na luta de liberação, pela conquista da autonomia em todas as dimensões e a livre disposição do corpo. Este processo se desenvolveria a partir do momento em as mulheres se valorizassem enquanto seres femininos, o que se daria através dos grupos de autoconsciência, onde se construíam laços de uma imandade de gênero – luta contra a classe masculina opressora. Foi, entretanto, uma corrente derrotada nos debates que definiram a criação

A segunda tendência, designada pela expressão "feminismo liberal", encara as diferenças entre homens e mulheres como algo cultural, direcionando sua luta para a igualdade entre os sexos, cujo objetivo central seria a conquista de direitos civis. Já a terceira orientação, denominada pela autora de "marxista ortodoxa", se vinculava ao pensamento marxista clássico, segundo o qual a origem da opressão feminina se encontra no sistema capitalista de produção. Neste sentido, o movimento de mulheres constituiria o setor do partido revolucionário de vanguarda responsável pela conscientização das mulheres no que se refere à emancipação pelo trabalho e à exploração capitalista, além da organização das trabalhadoras na luta por uma sociedade sem classes.

A partir da análise da autora acerca dos discursos veiculados pelo CMB, de suas práticas internas e atividades externas, percebe-se que, em diversos momentos ao longo da trajetória desta entidade, estas tendências ora se opõem, ora coexistem, ora de uma forma sutil, ora se articulam. O ano de 1977 marca a consolidação e a hegemonia da tendência mais marxista ortodoxa no CMB. A autora percebe, na verdade, a convergência entre duas tendências que, em função do caráter reformista da linha política seguida pelas marxistas ortodoxas e das esperanças das liberais com relação ao processo de "abertura" do regime, foram capazes de se confundir e de estabelecer compromissos. Goldberg vê nisso a perda da especificidade do pensamento feminista, ao qual se sobrepõe a idéia de um movimento social de mulheres cujas lutas de um caráter mais "gerais" se dirigem contra a ditadura, a favor da anistia e do restabelecimento das liberdades democráticas, além de lutas "específicas" voltadas para questões como as creches, o controle da natalidade, e a legislação protetora do trabalho feminino.

As divergências e insatisfações quanto aos rumos que o CMB tomava permanecem, e se agravam, especialmente em 1979, a partir da organização e realização do I Encontro Nacional de Mulheres. Críticas, por exemplo, quanto à existência de reuniões-tabus, como a sexualidade, ou ainda quanto ao caráter não-feminista que o CMB estaria assumindo, resultaram na renúncia de um grupo de 21 mulheres que decidiram escrever um texto separado para o Encontro, texto este assinado inclusive por algumas fundadoras do CMB.

Integrantes do CMB, ambas as entrevistadas forneceram informações interessantes sobre a política cotidiana no interior do grupo. Criado, segundo Moema, como um grupo de reflexo, o Centro da Mulher Brasileira viu-se marcado, ao longo de sua trajetória, por um ponto de atrito fundamental, entre, de um lado, algumas mulheres que tinham como objetivo pensar e analisar a questão feminina, e de outros aqueles que queriam realizar ações práticas. Associada a este conflito, Moema destaca a condição das influências partidárias dentro do Centro. Tal discussão envolvia mulheres que possuíam ligações com partidos políticos, os quais, por sua vez, tentavam ditar as regras a serem seguidas pelo CMB. Esta posição, no entanto, era confrontada por um outro conjunto de mulheres que acreditavam caber apenas ao grupo estabelecer as linhas do movimento.

Por se tratar de um período de muita repressão política, Moema relata que houve um momento em que o Centro foi freqüentemente por pessoas de diversas orientações politcoideológicas e diferentes interesses. Muitas não estavam envolvidas com a questão feminina, mas precisavam simplesmente de um espaço para falar, para ir, como um compromisso, uma responsabilidade, não somente pessoas politicamente engajadas, mas também aquelas que tinham o caminho de uma liberação mais individual, associada ao desbunde. Para Moema, tratava-se de figuras incômodas diante dos objetivos do Centro, uma vez que não se podia contar com sua colaboração nas atividades que este desenvolvia.

Essencialmente composto por mulheres de classe média, universitárias em sua maioria, o Centro possuía pretensões de trabalhar com comunidades. No entanto, eram poucas as mulheres provenientes das classes populares que atuavam como membros do CMB. As dificuldades em termos de níveis sociais tornavam complicadas as trocas com estas mulheres, do mesmo modo que os preconceitos dificultavam as relações com as mulheres negras.

As atividades desenvolvidas pelo CMB iam por diversas vertentes, divididas entre os grupos de reflexo e de trabalho, reunidos de acordo com os interesses pessoais. Moema destaca o grupo voltado para as creches, do qual participava intensamente, cujo trabalho envolvia questões como o desmontagem da legislação trabalhista, além de publicações como a que incluía o levantamento das creches existentes no Rio de Janeiro. Um outro grupo de destaque, mencionado por Moema e Heleneida, é o grupo voltado para a discussão da sexualidade, composto por Branca Moreira Alves, Lídia Linhares e outras mulheres. Heleneida aponta para a existência de diferentes visões também em relação a esta questão, afirmando que, em sua opinião, a sexualidade feminina não poderia ser abordada de maneira globalizada: a sexualidade, cada mulher teria a sua sexualidade, ditada pelas suas experiências íntimas, pela sua relação com o pai, pelas suas fantasmas, que seriam só dela. Neste sentido, Heleneida ressalta que sua atuação sempre foi mais direcionada para a conscientização das mulheres das camadas populares, através de reuniões com associações de moradores, e de mulheres de favela, onde elas trocavam impressões.

A imagem do CMB que se forma a partir do depoimento de Heleneida aponta, ainda que de maneira sutil, para uma coesão maior do que se poderia pensar, diante das divergências que ela não nega terem existido. Isto se opõe, em certa medida, ao que é relatado por Moema, que destaca a ausência de espaço de poder que existiriam marcado o Centro, especialmente no período de redemocratização, quando teriam aumentadas as vinculações com partidos políticos, e muitas mulheres eram movidas por interesses que nada tinham a ver com o feminismo.

A aparência de unidade do grupo constitui, segundo Anette Goldberg16, uma estratégia para sua sobrevivência dentro do quadro de repressão política vivido naquele momento. Entretanto, se pensarmos sua afirmação dentro de outro contexto, no caso, em um depoimento com aqueles com o qual trabalhamos, ela pode assumir um significado distinto. É importante ressaltar que o trabalho com fontes orais se baseia essencialmente no recolhimento de memórias, individuais ou mais coletivas, em se tratando de entrevistas de grupo. Deve-se deixar de lado a concepção bastante corrente a respeito da memória que a coloca como algo pronto, acabado e rígido, cuja produção teve seu início e fim no passado, e que deve ser resgatada neste passado, sob o risco de desaparecer. Na verdade, embora pareça constituir um fenômeno íntimo, próprio da pessoa, a memória deve ser entendida também como um fenômeno coletivo e social, como algo construído coletivamente e submetido a transformações constantes17. Neste sentido, a afirmação de uma unidade do Centro da Mulher Brasileira presente no discurso de Heleneida, ao lado da ênfase que atribui ao surgimento do movimento feminista somente nas décadas de 60 e 70is, pode ser entendida como uma tentativa de legitimar um movimento muitas vezes criticado e desvalorizado, mesmo nos dias atuais.

[voltar]

Uma avaliação das lutas

Moema destaca duas posições acerca da imagem do feminismo naquele momento. Havia aquelas pessoas que percebiam as mudanças que estavam ocorrendo no comportamento e na realidade das mulheres, e outras que achavam que qualquer mudança seria revolucionária demais. Temia-se que o movimento feminista não passasse de uma tentativa de inversão de papéis, dentro da idéia de uma guerra travada contra os homens. Neste sentido, vale mencionar que o deboche, a ridicularização das mulheres envolvidas com o feminismo, constituía uma arma bastante comum.18 Heleneida fala que elas não eram vistas como pessoas que buscavam a valorização das relações, sua promoção e seus direitos, ou seja, que desejavam "tomar o lugar dos homens". Ao contrário, como Moema relata, o que se pretendia era a igualdade, mas sem que ambos tivessem as mesmas oportunidades, que fossem capazes de caminhar juntos, sem que um oprimisse o outro.

A análise de Anette Goldberg19 já abordada, evidencia a heterogeneidade do feminismo que se difunde no Brasil, sua multiplicidade em termos dos significados e das motivações que lhe foram associadas por mulheres de diferentes profissões e orientações político-ideológicas.20 Uma questão válida para destaque é a tendência muitas vezes de abarcar todas estas visões sob uma única designação de "feminismo", o que faz com que se perca a riqueza de seus ideais e articulações com quadro mais amplo da realidade brasileira. Embora o objetivo deste trabalho não englobe a análise de cada corrente deste feminismo ou seus desdobramentos, consideramos fundamental ressaltar sua diversidade.

Apesar da tal diversidade, estas "feminismos" trazem como elemento fundamental a luta a favor da inserção, no geral, e comportamentos atribuídos a ambos consistem em construções elaboradas pelas próprias sociedades. Joan Scott24, definindo gênero como a compreensão produzida pelas culturas e pelas sociedades acerca das relações entre homens e mulheres, destaca o seu caráter variável, de acordo com a cultura, com os grupos sociais e com a época. Neste sentido, o que se percebe com relação ao feminismo, em suas várias tendências, é justamente a proposta de uma reavaliação destas papéis, uma reavaliação que abra espaço para que as mulheres se assumam e sejam reconhecidas como seres humanos iguais, com direitos e deveres iguais dentro da sociedade, em todas as esferas da vida social: econômica, política, jurídica, familiar.

O emprego de fontes orais para se estudar este feminismo das décadas de 60 e 70 abre, neste sentido, a possibilidade de se entrar em contato com os significados deste movimento para transformações no âmbito das relações de gênero e época no que se refere aos espaços ocupados pelas mulheres na sociedade. Os depoimentos de pessoas que viveram a época nos fornecem elementos para se pensar o processo histórico em articulação com suas experiências enquanto militantes e mulheres que presenciaram e sentiram o período anterior e contribuíram para as mudanças que hoje podem ser observadas. A imagem que se apreende de seus relatos é de uma variedade "Revolução das Mulheres", expressão utilizada por Moema Toscano em seu depoimento, expressão esta que denota a importância deste feminismo para o questionamento e a redefinição do lugar ocupado pelas mulheres na sociedade.

[voltar]

Referências bibliográficas

CHARTIER, Roger. "A História hoje: dúvidas, desafios, propostas" In *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 7, n. 13, 1994.

FRANÇOIS, Etienne. "A fecundidade da História Oral" In FERREIRA, Marieta de Moraes & Amado, Janaina (orgs.) Usos e abusos da História Oral. Rio de Janeiro, FGV, 1996. (pp. 3-13).

GOLDBERG, Anette. *Feminismo e autoritarismo: a metamorfose de uma utopia de liberação em ideologia liberalizante*. Rio de Janeiro, dissertação de mestrado em Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1987.

HOBSBAWM, Eric J. *Era dos Extremos*. O breve século XX (1914-1991). São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

LEITE, Rosalina de Santa Cruz. "Brasil Mulher e Nós Mulheres: origens da imprensa feminista brasileira" In *Estudos Feministas*, Florianópolis, 11(1), Jan-Jun/2003. pp. 234-241.

LOZANO, J.E. Aceves. "Práticas e estilos de pesquisa na História Oral Contemporânea" In Ferreira, Marieta de Moraes & Amado, Janaina (orgs.) Usos e abusos da História Oral. Rio de Janeiro, FGV, 1996. (pp. 15-25).

MENESES, Ulpiano B. De. "História, cativa da memória" Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais" In *Rev. Inst. Bras. SP*, 34:9-24, 1992.

POLLAK, Michael. "Memória e Identidade Social" In *Estudos Históricos*, RJ, vol.5, n. 10, 1992.

RIDENTI, Marcelo. "1968: Rebeldes e Utopias" In REIS FILHO, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge & ZENHA, Celeste (orgs.) O Século XX. Vol. 3 – O Tempo das Dúvidas – De declínio das utopias à globalização. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000.

SCOTT, Joan. "Prefácio a Gender and Politics of History". In *Cadernos Pagu*, nº 3, 1994. _____ "Gênero: uma categoria útil para análise histórica" Recife, SÓS Corpo, 1991. Tradução de Christine Rufino Dabat e Maria Beatriz Ávila.

TOSCANO, Moema & GOLDENBERG, Mirian. *A Revolução das Mulheres*. Um balanço do feminismo no Brasil. Rio de Janeiro, FGV, 1992.

SOIHET, Rachel. "Zombaria como arma antifeminista: instrumento conservador entre libertários" (mimeo). _____ "A pedagogia da noção do espaço público pelas mulheres e a militância feminista de Bertha Lutz" In *Revista Brasileira de Educação*, set/out/nov/dez de 2000

VARIKAS, Eleni. "O Pessoal é Político: desventuras de uma promessa subversiva" In *Tempo*, Rio de Janeiro, Vol. 2, nº 3, 1997, pp. 59-80.

VOLDMAN, Danièle. "Definições e usos" In FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaina (orgs.) Usos e abusos da História Oral. Rio de Janeiro, FGV, 1996. (pp. 33-41).

[voltar]

Períodos

"Mulher, trabalho e política". *Opinião*. 15/10/1976, nº 206, pp. 4 e 5.

MUNERATO, Elice. "A brasileira, esta desconhecida" In *Opinião*, 27/06/1975, Ano 3, nº 138.

COUTINHO, Nogueira. "Betty Friedan e a 'História Feminina'". *Folha de São Paulo*, quinta-feira, 15 de Abril de 1971, Folha Ilustrada, pág. 35

"Betty Friedan está aqui, e o homem corre perigo". *Diário da Noite*, sexta-feira, 16 de Abril de 1971, Edição Matutina, 1o Caderno, pág. 10.

"De repente, as portas se abrem". *Correio da Manhã*, quarta-feira, 14 de Abril de 1971, Caderno Anexo, pág. 3.

"Francesas fazem manifesto a favor da pílula e aborto". *Jornal do Brasil*, terça-feira, 6 de Abril de 1971, 1o Caderno, pág. 11.

[voltar]

Entrevistas

Moema Toscano (socióloga), realizada em 17 de junho de 2003.

Heleneida Studart (deputada estadual), realizada em 2 de abril de 2003.

[voltar]

Notas

1 – As entrevistas foram realizadas para o Projeto de Pesquisa da Proff Rachel Solhet, do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense, no âmbito do projeto "Zombaria como arma antifeminista: instrumento conservador entre libertários", respectivamente em 17 de junho e 2 de abril de 2003.

2 – "Mulher, trabalho e política". *Opinião*. 15/10/1976, nº 206, pp. 4 e 5.

3 – Lozano, J.E. Aceves. "Práticas e estilos de pesquisa na História Oral Contemporânea" In Ferreira, Marieta de Moraes & Amado, Janaina (orgs.) Usos e abusos da História Oral. Rio de Janeiro, FGV, 1996. (pp. 15-25).

4 – Voldman, Danièle. "Definições e usos" In Ferreira, Marieta de Moraes & Amado, Janaina (orgs.) Usos e abusos da História Oral. Rio de Janeiro, FGV, 1996. (pp. 33-41).

5 – Lozano, J.E. Aceves. Op. cit.; ; François, Etienne. "A fecundidade da História Oral" In Ferreira, Marieta de Moraes & Amado, Janaina (orgs.) Usos e abusos da História Oral. Rio de Janeiro, FGV, 1996. (pp. 3-13).

6 – Goldberg, Anette. *Feminismo e Autoritarismo: a metamorfose de uma utopia de liberação em ideologia liberalizante*. Rio de Janeiro, UFJF, 1987. (Dissertação apresentada para obtenção de título de Mestre em Ciências Sociais – Sociologia).

7 – Ridenti, Marcelo. "1968: Rebeldes e Utopias" In Reis Filho, Daniel Aarão; Ferreira, Jorge & Zenha, Celeste (orgs.) O Século XX. Vol. 3 – O Tempo das Dúvidas – Do declínio das utopias à globalização. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000.

8 – Hobsbawm, Eric J. *Era dos Extremos*. O breve século XX (1914-1991). São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

9 "De repente, as portas se abrem". *Correio da Manhã*, quarta-feira, 14 de Abril de 1971, Caderno Anexo, pág. 3; "Francesas fazem manifesto a favor de pílula e aborto". *Jornal do Brasil*, terça-feira, 6 de Abril de 1971, 1o Caderno, pág. 11.

10 Coutinho, Nogueira. "Betty Friedan e a 'História Feminina'". *Folha de São Paulo*, quinta-feira, 15 de Abril de 1971, *Folha Ilustrada*, pág. 35

11 "Betty Friedan está aqui, e o homem corre perigo". *Diário da Noite*, sexta-feira, 16 de Abril de 1971, Edição Matutina, 1o Caderno, pág. 10.

12 Goldberg, Anette. Op.cit.

13 Munerato, Elice. "A brasileira, esta desconhecida" In *Opinião*, 27/06/1975, Ano 3, nº 138.

14 Leite, Rosalina de Santa Cruz. "Brasil Mulher e Nós Mulheres: origens da imprensa feminista brasileira" In *Estudos Feministas*, Florianópolis, 11(1), Jan-Jun/2003. pp. 234-241.

15 Goldberg, Anette. Op. cit. P. 107.

16 Goldberg, Anette. Op. cit.

17 Meneses, Ulpiano B. De. "História, cativa da memória" Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais" In *Rev. Inst. Bras. SP*, 34:9-24, 1992.

18 Segundo Rachel Solhet, Moema Toscano e Mirian Goldenberg, o feminismo já aparece no Brasil desde o fim do século XIX, assumindo maior destaque nas primeiras décadas do século XX, expressando-se através de manifestações pela conquista de